



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
 Secretaria de Tecnologia da Informação – STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 35

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 59/2023

| | |
|-------------------|---|
| OBJETO | Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de subscrição de 5 (cinco) licenças do software Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection), incluindo treinamentos à distância (EaD) sobre AutoCAD, Revit, Civil 3D, Infraworks, Navisworks, Recap Pro e Autodesk Docs. |
| PROCESSO | 00600-00014019/2023-60 |
| ESTIMATIVA | R\$ 244.791,40 (24/11/2023) |
| REGIME | EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL |
| TIPO | MENOR PREÇO POR ITEM |

RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

| | |
|--|--|
| ÁREA ADMINISTRATIVA Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro | TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br |
| ÁREA TÉCNICA E REQUISITANTE Raíssa Rodrigues Freire | TELEFONE: (61) 3314-2165 EMAIL: raissa.rtf@tc.df.gov.br |



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de subscrição de 5 (cinco) licenças do software Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo treinamentos à distância (EaD) sobre AutoCAD, Revit, Civil 3D, Infraworks, Navisworks, Recap Pro e Autodesk Docs para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Provisamento de solução integrada de tecnologia da informação, contendo no mínimo softwares tipo CAD e tipo BIM, com o objetivo que substituir as licenças de AutoCAD em uso que expiraram, bem como permitir que o Tribunal se adapte à nova exigência da legislação que prevê a adoção da Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* – BIM) para obras e serviços de engenharia e arquitetura.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de direito

2.2.1.1. Segundo o inciso IX do artigo 21-A da Resolução nº 356/2022, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação “planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite”.

2.2.1.2. Ainda segundo o referido artigo da resolução, é competência da Secretaria de Tecnologia da Informação:

2.2.1.2.1. gerenciar os recursos de Tecnologia da Informação;

2.2.1.2.2. promover estudo prévio de viabilidade e exequibilidade quando da solicitação de implementação de soluções de Tecnologia da Informação

2.2.1.3. Além disso, em relação às unidades que irão utilizar a solução, sabe-se que na estrutura organizacional do TCDF existe o Serviço de Obras e Projetos



– SEPROJ, que realiza projetos arquitetônicos e paisagísticos, atualização de projetos de interiores dos Edifícios Sede e Anexo, mudanças de layouts, dentre outras atividades ligadas a obras e projetos. Dentre as atribuições do SEPROJ contidas na Resolução nº 273/2014, observa-se que todas estão ligadas às obras e projetos, mais especificamente podemos citar os seguintes incisos do Art. 71:

2.2.1.3.1. elaborar diretamente ou promover a elaboração de estudos e projetos de engenharia e arquitetura, com vistas à construção, ampliação, reforma e manutenção de imóveis e de instalações prediais;

2.2.1.3.2. receber e analisar projetos contratados;

2.2.1.3.3. organizar e manter atualizado cadastro e arquivo de projetos arquitetônicos, estruturais, de fundações e de instalações dos imóveis do TCDF, bem como da documentação relativa às obras sob acompanhamento;

2.2.1.3.4. elaborar leiautes e projetos de móveis para as unidades do Tribunal;

2.2.1.3.5. manter e atualizar, quando necessário, o levantamento das plantas de todas as dependências das áreas administrativas do TCDF, em meio digital, para subsidiar a consulta, cópia e impressão dos projetos arquitetônicos existentes, viabilizando a elaboração de termos de referência ou projetos de alteração de leiaute, quando demandados pela Administração;

2.2.1.4. Já no âmbito do controle externo existem as Divisões de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 1ª DIFO e 2ª DIFO, as quais competem, de acordo com o Art. 44, inciso II, alíneas a, b e c, da Resolução TCDF nº 273/2014:

2.2.1.4.1. analisar e instruir processos relativos a contratos, convênios, consultas, denúncias, recursos, representações e a outros atos e procedimentos de gestão de recursos públicos relacionados com sua área de atuação;



2.2.1.4.2. prestar apoio técnico e manifestar-se sobre matéria compreendida na sua área de especialização, quando solicitado por outras unidades técnicas do Tribunal; e

2.2.1.4.3. elaborar outros trabalhos de natureza semelhante que lhe forem cometidos.

2.2.1.5. Além disso, Art. 19 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.333/2021) prevê que os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, utilização e atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

2.2.1.6. O §3º do mesmo artigo estabelece, especificamente, que nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a chamada Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modeling – BIM), ou de tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

2.2.2. Razões de fato

2.2.2.1. Atualmente, o TCDF possui licenças do programa AutoCAD, solução de software do tipo CAD, para atender as demandas de trabalho do SEPROJ e das DIFOs. Porém o contrato de subscrição dessas licenças tem vigência até novembro deste ano, sendo necessária uma nova contratação para suprir a necessidade das unidades de análise de projetos e peças de desenho técnico.

2.2.2.2. Além da necessidade de renovação das licenças do software CAD, existe a necessidade de acrescentar as licenças do tipo BIM (Building Information Modelling, em português Modelagem da Informação da Construção), ferramenta que vem sendo muito utilizada na construção civil e, inclusive, sua utilização é uma nova exigência da Nova Lei de Licitações e Contratos. Na Lei nº 14.133/2021, existe uma previsão expressa que será preferencialmente adotado a modelagem BIM para obras e serviços de engenharia e arquitetura.



2.2.2.3. A modelagem BIM marca uma grande transformação digital no setor de arquitetura, engenharia e construção, pois permite o gerenciamento de todas as informações de um projeto de engenharia, contribuindo com a estruturação de projetos com melhor definição técnica, o que pode evitar aditivos contratuais e alterações de projeto durante a sua execução, evitando custos diretos e indiretos com o planejamento mais acurado de uma obra. Nesse sentido, sua utilização pelo SEPROJ poderá propiciar uma melhor gestão dos projetos internos do Tribunal, além de permitir uma maior colaboração entre a equipe e as empresas contratadas para execução dos serviços de obras.

2.2.2.4. Por outro lado, no que tange ao controle externo exercido pelo TCDF, o uso do BIM será utilizado nas contratações por parte dos órgãos e entidades fiscalizadas por esta Corte de Contas o que traz a necessidade de aperfeiçoar e melhorar a qualidade das ações fiscalizatórias dos projetos, planejamento e do levantamento de quantidades e controle do custo, o que proporciona aos Auditores de Controle Externo um conjunto de informações mais qualificadas para controlar e exigir o cumprimento dos contratos, a análise dos editais e, conseqüentemente melhorando a performance das fiscalizações públicas.

2.2.2.5. Dessa forma, é necessária a contratação de softwares tipo CAD e tipo BIM para que o Tribunal possa se adaptar à nova exigência da legislação, além de melhorar a qualidade técnica dos seus projetos e obras e da fiscalização das obras públicas do DF.

2.2.2.6. Após um minucioso Estudo Técnico Preliminar – ETP, concluiu-se que a solução da empresa Autodesk, denominada Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection), é a que melhor atende às necessidades do Tribunal, visto que possui recursos técnicos mais adequados ao trabalho das unidades, integração com os softwares já utilizados e maior economicidade.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Com a efetivação da presente **contratação**, esperam-se **alcançar** os seguintes resultados:



- 2.3.1.1. Aprimoramento da eficiência nos trabalhos de fiscalização exercidos pelas Divisões de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (1ª DIFO e 2ª DIFO);
- 2.3.1.2. Melhor desempenho e produtividade nos procedimentos de trabalho desenvolvido pelo Serviço de Obras e Projetos (SEPROJ);
- 2.3.1.3. Adequar às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/2021), **quanto a utilização da Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) nos processos;**
- 2.3.1.4. Melhorar a gestão dos projetos e obras a partir da redução de aditivos, facilitação do acesso à informação, subsídio técnico para tomada de decisão, inibição de desvios de conduta e ampliação da transparência e do controle social;
- 2.3.1.5. Garantir compatibilidade de software com todos os sistemas operacionais utilizados nas unidades;
- 2.3.1.6. Prezar pela experiência dos usuários na ferramenta, garantindo o melhor desempenho e produtividade nas rotinas de trabalho;
- 2.3.1.7. Aprimorar o compartilhamento de informações entre os profissionais (interoperatividade) que atuam nas diversas fases do projeto;
- 2.3.1.8. Garantir a compatibilidade com projetos desenvolvidos por terceiros, que tramitam nos processos das unidades;
- 2.3.1.9. Otimizar os projetos com ferramentas integradas de análise, projeto generativo e visualização e simulação;
- 2.3.1.10. Oferecer e integrar ferramentas adicionais aos desenhos técnicos e projetos;
- 2.3.1.11. Apoiar o Tribunal na infraestrutura adequada para cumprir sua missão em trabalhos externos (auditorias) e teletrabalho com a versão web e por aplicativo do software.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Termo de Referência nº 59/ 2023



3.1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de subscrição de software Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection), incluindo treinamentos à distância (EaD) sobre AutoCAD, Revit, Civil 3D, Infraworks, Navisworks, Recap Pro e Autodesk Docs, **nos termos e condições apresentadas no Anexo II – Especificações Técnicas.**

3.2. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

3.2.1. Em caso de dúvida de ordem técnica quanto aos produtos e suas especificações, é conveniente o contato do interessado com a Gerência de Suporte e Monitoramento (GESUM) do TCDF, localizada na Praça do Buriti, Edifício Sede do Tribunal de Contas do DF, telefones (61) 3314-2165, das 13h às 19h ou por e-mail: raissa.rff@tc.df.gov.br.

4. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1.1. Na prestação de serviços, deverão ser observados as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento, bem como a aplicação uniforme de materiais e de tecnologias.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Título III (Dos Contratos Administrativos) da Lei nº 14.133/2021, o presente Instrumento, os demais Anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes da Nota de Empenho de despesa, a qual substituirá o Instrumento de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis após seu envio caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os proponentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Instrumento.



4.3. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. A prestação dos serviços de subscrição do software deverá ser disponibilizada na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), no 1º andar do Edifício Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília/DF, cujo contato prévio deverá ser realizado por desta STI pelo telefone (61) 3314-2165 e e-mail: raissa.rff@tc.df.gov.br.

4.3.2. As chaves de acesso às subscrições do aplicativo deverão ser disponibilizadas à Fiscalização do Contrato.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

5.1.2. A execução dos serviços contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **GESTOR DO CONTRATO:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado pela autoridade competente;

5.1.2.2. **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:** servidor da área de Tecnologia da Informação designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;

5.1.2.3. **FISCAL REQUISITANTE DO CONTRATO:** servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área;

5.1.3. À CARGO DA CONTRATADA:

5.1.3.1. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à



CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

5.1.3.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

5.1.3.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.1.3.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;

5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoa por ela credenciada;

5.2.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Instrumento convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;

5.2.4. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

5.2.5. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

5.2.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;

5.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes ao cumprimento contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de



seus empregados e representantes;

5.2.8. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA a suas dependências, para fins de cumprimento contratual;

5.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento;

5.2.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade devido a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE;

5.3.2. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.3. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas no presente Instrumento;

5.3.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente Instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

5.3.6. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;

5.3.7. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar



quaisquer condições inadequadas à execução dos trabalhos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do ajuste;

5.3.8. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução das obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;

5.3.9. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;

5.3.10. Manter os seus empregados devidamente identificados, por meio de crachá, identificação e uniforme, quando necessário o trânsito nas dependências no TCDF;

5.3.11. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

5.3.12. Executar os procedimentos objeto do ajuste, por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição de funcionário cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente;

5.3.13. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA perante o CONTRATANTE, a fim de facilitar a comunicação e o encaminhamento das demandas decorrentes da contratação;

5.3.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, referida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados;

5.3.15. Prestar os serviços de subscrição com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos no presente Instrumento;

5.3.16. Prestar o serviço de suporte técnico para as licenças, dentro dos prazos



estabelecidos, respeitando as condições descritas;

5.3.17. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.3.18. Ser parceiro autorizado para revenda da empresa norte-americana Autodesk durante o período do contrato.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES

5.5.1. As disposições que tratam sobre a VIGÊNCIA, PRAZOS E CONDIÇÕES constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam sobre o RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

5.7. DA GARANTIA DO FORNECIMENTO

5.7.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no Art. 96 da Lei 14.333/2022.

5.8. DO PAGAMENTO

5.8.1. As disposições que tratam sobre o PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

5.9. DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.9.1. As disposições que tratam sobre o REAJUSTE DE PREÇOS constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

5.10. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.10.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no artigo 96 (caput) e §1º, da



Lei nº 14.133/2021.

5.11. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.11.1. Para a execução do objeto descrito neste instrumento, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

5.11.1.1. Telefone indicado pela CONTRATADA para suporte e abertura de registro de reclamações sobre o funcionamento da ferramenta;

5.11.1.2. Meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento;

5.11.1.3. Ofícios e outros meios formais de comunicação.

5.11.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

5.11.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.11.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.11.5. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor total estimado para a prestação dos serviços é de até **R\$ 244.791,40 (duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e um mil reais e quarenta centavos)**, conforme detalhado na planilha do Anexo I (Estimativa de Preços e Especificações Técnicas).

6.2. A pesquisa de preços foi realizada na fase instrutória da presente contratação e efetivada como data-base no dia **22/11/2023**, conforme estabelecido §7º, do art. 25 da Lei nº 14.133/2023.

6.3. Nos termos do art. 104, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, avaliou-se os preços das propostas apresentadas e adotou-se o menor preço entre a mediana e a média dos valores dos
Termo de Referência nº 59/ 2023



apresentados, excluindo-se os preços inexequíveis e exorbitantes, considerando a necessidade do objeto e paridade aos preços públicos encontrados.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos produtos.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. O LICITANTE será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);

8.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.5. fraudar a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);



8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

8.1.9. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

8.1.10. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

8.1.11. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.4 ao 8.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.2 (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

8.2. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo TCDF, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pelo LICITANTE mediante depósito em conta corrente do TCDF ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.3. Na aplicação das sanções previstas neste item 8 serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES APLICÁVEIS constam de CLÁUSULA do Anexo V do Edital (Minuta do Contrato).

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por Item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.



9.1.2. O objeto do presente Instrumento enquadra-se no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2022, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser adquirido por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.3. No valor apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, o PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o art. 68, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.3. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.4. **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

9.2.1.5. **Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões)** que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para



órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, prestação de serviço de subscrição de produtos da marca Autodesk, contendo comprovação de que a empresa é um Parceiro Autorizado da Autodesk.

9.2.2. A não apresentação da documentação constante do subitem 9.2.1.1 não implicará inabilitação do proponente, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. O presente Termo de Referência possui fundamento nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

- 10.1.1. Lei nº 14.133/2021;
- 10.1.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- 10.1.3. Lei Distrital nº 4.770/2012 e nº 5.319/14
- 10.1.4. Resolução TCDF nº 273/2014 e nº 356/2022;
- 10.1.5. Decreto Distrital nº 37.667/2016, 39.453/2018 e 40.025/2019;
- 10.1.6. Instrução Normativa nº 4/2014 – SLTI/MPOG;
- 10.1.7. Instrução TCDF nº 3/1997.

11. DOS ANEXOS

- 11.1. ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- 11.2. ANEXO III – ESTIMATIVA DE PREÇOS;
- 11.3. ANEXO IV – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- 11.4. ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.



12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o chefe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).



ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 1.1. A solução deverá ser contratada por meio de subscrição de licenças usuário único (single-user), por **36 (trinta e seis) meses**, com atualizações corretivas, evolutivas e de segurança durante o período do contrato.

2. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS

- 2.1. A coleção de software deve incluir todos os recursos contidos na Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, são eles:
- 2.1.1. **Revit:** software BIM para planejar, projetar, construir e gerenciar edifícios com ferramentas de modelagem de informações de construção;
 - 2.1.2. **AutoCAD:** software de desenho CAD 2D e 3D;
 - 2.1.3. **Civil 3D:** projeto de engenharia civil e documentação de construção;
 - 2.1.4. **InfraWorks:** plataforma BIM geoespacial e de engenharia para planejamento, projeto e análise;
 - 2.1.5. **Navisworks Manage:** revisão, coordenação e detecção de interferências de modelos 3D;
 - 2.1.6. **Autodesk Docs:** ambiente de dados comum com base na nuvem;
 - 2.1.7. **Advance Steel:** software para modelagem 3D para detalhamento de aço;
 - 2.1.8. **Insight:** software de análise de desempenho da construção;
 - 2.1.9. **ReCap Pro:** softwares e serviços de captura da realidade e digitalização 3D;
 - 2.1.10. **Robot Structural Analysis Professional:** ferramenta avançada integrada com BIM para análise estrutural e verificação de conformidade de códigos;
 - 2.1.11. **3ds Max:** software de modelagem 3D, animação e renderização para jogos e visualização de projetos;
 - 2.1.12. **Autodesk Rendering:** renderizações rápidas e em alta resolução em nuvem;
- 2.2. A solução deverá ser contratada por meio de subscrição de licenças usuário único (single-user), pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, com atualizações corretivas, evolutivas e de



segurança durante o todo o período contratual.

- 2.3. Deverá ser disponibilizado acesso pela CONTRATADA de um portal contendo treinamentos à distância - EAD para, **no mínimo, os seguintes** softwares:

2.3.1. AutoCAD;

2.3.2. Revit;

2.3.3. Civil 3D;

2.3.4. Infraworks;

2.3.5. Navisworks;

2.3.6. Recap Pro; e

2.3.7. Autodesk Docs.

- 2.4. O portal **que disponibilizará os conteúdos sobre os softwares** deverá ficar disponível durante todo o período da validade da assinatura das licenças, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

3. DA CONFIGURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E LIBERAÇÃO DE USO:

- 3.1. **As configurações, implantações e liberação de uso do software ficará a cargo do CONTRATANTE, devendo a CONTRADA apenas a liberação para utilização e procedimentos necessários para uso da ferramenta.**
- 3.2. A solução deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
- 3.2.1. Configurar funções no **Autodesk Account** para:
- 3.2.1.1. Administrador Principal; e
- 3.2.1.2. Secundário;
- 3.2.2. Atribuir usuários aos produtos contemplados na **AEC Collection e Autodesk DOCS**;
- 3.2.3. Estruturar os relatórios de uso das licenças;
- 3.2.4. Fazer download dos produtos contemplados na **AEC Collection**;
- 3.2.5. Acesso a todas as atualizações (em inglês, upgrades) dos produtos Autodesk, constantes deste Termo de Referência, durante o período de vigência do contrato;
- 3.2.6. Acesso a bases de conhecimento disponibilizadas através da Web pela Autodesk;



3.2.7. Acesso aos serviços Autodesk prestados em nuvem e condizente com as subscrições das licenças escopo deste Termo de Referência;

3.2.8. Extrair relatórios de uso das licenças por produto que cada usuário utiliza.

4. SUPORTE TÉCNICO

4.1. Deverá ser oferecido suporte técnico por telefone, e-mail, suporte ao vivo e/ou sistema de tickets para abertura de chamados, nos dias úteis, em horário comercial, durante todo o período contratado das licenças.

4.2. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates e upgrades) para os produtos contratados.

5. NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS – VIA SETOR REQUISITANTE

5.1. Atribuir as licenças para o e-mail indicado pela Equipe Técnica;

5.2. Configurar as funções na Console de Administração da Autodesk (Autodesk Account) de Administrador Principal e Secundário para que a CONTRATANTE possa atribuir os usuários e realizar as instalações.

5.3. A CONTRATADA oferecerá todo o suporte e auxílio para que o Administrador Principal possa atribuir os demais usuários correspondentes ao número de licenças contratadas com vistas a caracterizar o adimplemento do objeto.

6. TREINAMENTO

6.1. A solução deverá ser acompanhada de treinamento à distância (EaD) sobre os softwares AutoCAD, Revit, Civil 3D, Infraworks, Navisworks, Recap Pro e Autodesk Docs.

6.2. O treinamento deverá ser disponibilizado em um portal on-line, que deverá permitir o gerenciamento dos usuários, além de oferecer a possibilidade de mostrar a trilha de aprendizado de cada aluno e ser compatível com os principais navegadores do mercado.

6.3. Deverá ser enviado ao administrador das licenças um link com o endereço do portal personalizado, onde o será possível o cadastro dos usuários das respectivas licenças da AEC Collection.

6.4. Os treinamentos EaDs devem adotar um modelo que simula o ciclo de projetos BIM conforme informações abaixo:



- 6.4.1. Modelagem das Condições Existentes;
- 6.4.2. Modelagem 3D do Projeto Modelo e Geração da Documentação Gráfica: planta de localização, topografia, plantas baixas, vistas, cortes, detalhes etc.;
- 6.4.3. Estimativas de Custos: Geração de tabelas com quantitativos dos serviços e materiais com origem no Projeto Modelo necessários na elaboração do orçamento de referência da obra, tais como:
 - 6.4.3.1. Arquitetura: quantitativos de ambientes (pisos, revestimentos, pinturas, forros, alvenarias, esquadrias, equipamentos sanitários etc.);
 - 6.4.3.2. Estrutura: quantitativos de concreto; armadura nos diversos tipos de aços e ferros, tudo nos diversos tipos de elementos estruturais (estacas, blocos, baldrames, pilares, vigas, lajes etc.);
 - 6.4.3.3. Elétrica, Hidrossanitário, Mecânica e Incêndio: quantitativos de eletrodutos, quadros, tomadas, interruptores, luminárias, tubulação de água e esgoto, conexões de água e esgoto, caixas de passagem e gordura, dutos e equipamentos de ar-condicionado etc.;
 - 6.4.3.4. Planejamento: Planejamento da construção (cronograma) a partir do Projeto Modelo de modo a associar as instâncias do modelo ao correspondente período do cronograma da execução da obra;
 - 6.4.3.5. Coordenação Espacial 3D: Identificação das interferências entre as disciplinas presentes no modelo (exemplo: hidrossanitário x estrutura). Emissão de relatórios de interferências;
 - 6.4.3.6. Infraestrutura Urbana: Planejamento de estacionamento com análise preliminar do terreno levando em consideração Acessibilidade de Vias, Calçadas, Terraplenagem, Topografia, Drenagem e Saneamento.
- 6.5. Os módulos de treinamento envolvendo o software Revit devem utilizar como base o projeto de uma edificação com escritórios e área construída de cerca de 500m², contendo todas as disciplinas abordadas.



6.6. O treinamento deve incluir, **no mínimo**, os seguintes módulos e carga horária:

| |
|---|
| Projeto Básico de Arquitetura com Revit - 40hs |
| Projetos de Estrutura com Revit - 20hs |
| Projeto Hidrossanitário e Incêndio com Revit MEP - 20hs |
| Projeto Elétrico e Ar Condicionado com Revit MEP - 20hs |
| Projeto Avançado de Arquitetura com Revit - 40hs |
| Compatibilização de Projetos com NavisWorks - 20hs |
| Projeto de Urbanismo com InfraWorks- Básico - 20hs |
| Projeto de Urbanismo com Civil 3D- Básico - 40hs |
| Trabalho Colaborativo com Autodesk Docs - 20hs |
| AutoCAD Básico - 40hs |
| Projeto de Saneamento com Civil 3D - 16hs |
| Projeto de Topografia com Civil 3D - 16hs |
| Projeto de Drenagem Urbana com Civil 3D - 20hs |
| Projeto de Infraestrutura Civil- InfraWorks - 40hs |
| Modelagem de Nuvem de Pontos com RECAP Pro - 12hs |



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 35

ANEXO III – ESTIMATIVA DE PREÇOS

| ITEM | QTD | UND | ESPECIFICAÇÃO | Valor Unitário Estimado (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
|---|-----|---------|---|-------------------------------|----------------------------|
| 1 | 5 | Serviço | Subscrição de Licença do software Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Year Subscription - incluindo Treinamento EAD. | 48.958,28 | 244.791,40 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$) | | | | | 244.791,40 |

Termo de Referência nº 59/ 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
 Secretaria de Tecnologia da Informação – STI
 Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 25 de 35

ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[NOME DO PROPONENTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços para prestação de serviço de subscrição de 5 (cinco) licenças do software Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo treinamentos à distância (EaD) sobre AutoCAD, Revit, Civil 3D, Infraworks, Navisworks, Recap Pro e Autodesk Docs para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme as especificações abaixo:

| ITEM | QTD | UND | ESPECIFICAÇÃO | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|---|-----|---------|---|----------------------|-------------------|
| 1 | 5 | Serviço | Subscrição de Licença do software Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Year Subscription - incluindo Treinamento EAD. | (*) | |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA DE PREÇOS (R\$) | | | | | |

(*) Valor total do item a ser lançado no sistema comprasnet.

Declaração - A [nome da proponente] declara que:

- 1) Atenderá ao prazo para a execução integral do objeto de no máximo 10(dez) dias corridos, contados da assinatura do Termo de Contrato (Anexo V);
- 2) O prazo de validade da proposta é de no mínimo de 60 (sessenta) dias corridos da data de sua apresentação definitiva;
- 3) Atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.
- 4) As licenças fornecidas possuem suporte técnico nos termos previstos no Anexo I (Termo de Referência);

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:

Termo de Referência nº 59/ 2023



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação – STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 26 de 35

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº ___/20__ QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E
A EMPRESA _____ PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE SUBSCRIÇÃO DO SOFTWARE
AUTODESK ARCHITECTURE, ENGINEERING &
CONSTRUCTION COLLECTION (AEC COLLECTION) E
TREINAMENTO À DISTÂNCIA.**

(PROCESSO Nº 00600-00014019-2023-60).

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-TCDF, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº __, de __ de _____ de _____, artigo 1º, inciso XV, pelo seu _____, Sr. _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a _____, com sede no _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, Sr(ª) _____, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para subscrição do software Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC Collection) no intuito de atender as necessidades do CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no presente Edital do Pregão Eletrônico nº ___/20__ e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão executados, sob demanda, de forma indireta pelo regime de empreitada por preço global.

Termo de Referência nº 59/ 2023



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência e execução deste contrato é de **36 (trinta e seis) meses, contados de sua assinatura**, prorrogável por iguais períodos, caso haja interesse do CONTRATANTE, desde que mantidas as condições exigidas na habilitação e os preços permanecerem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, consoante ao disposto nos arts. 107 e 108, da Lei nº 14.133/2021, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE.

3.2 O prazo para **disponibilização**, instalação e configuração das licenças é de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, ficando, desde já, a CONTRATADA responsável pelo suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento provisório conforme definido na cláusula décima primeira do presente Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

5.1. O valor total da presente contratação é de R\$ _____ (_____), a ser pago ao final da efetiva disponibilização da ferramenta, **conforme disposto no item 3.2, deste Termo Contratual**.

5.2 A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

5.3 Todas as despesas com os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

6.1. Em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o valor unitário referido na cláusula quinta (item 5.1), poderá ser reajustado a cada 36 (trinta e seis) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, contados a partir da data do orçamento estimativo previsto no Termo de Referência nº 59/2023, observado o disposto no item 3.1, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Em que:

V = valor do contrato;

I₁ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.2;

I₀ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.3;

Termo de Referência nº 59/ 2023



6.2. Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

Em que:

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimativo;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

6.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

Em que:

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao do orçamento estimativo;

I_D = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimativo;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês e a data do orçamento estimativo;

D_0 = nº de dias corridos do mês do orçamento estimativo.

6.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último número índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à **CONTRATADA** efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com o correspondente Informativo.

6.5 O **CONTRATANTE** poderá realizar a conferência da variação de preços apresentada pela **CONTRATADA**.

6.6. Os reajustes dos preços dos serviços a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

6.7. Os reajustes preços dos serviços serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo.

Termo de Referência nº 59/ 2023



CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas oriundas da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CONTRATANTE, na natureza de despesa _____, classificação funcional-programática _____ e fonte de recursos _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:
- 8.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA deste contrato;
 - 8.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, mediante Nota Fiscal devidamente atestada; e
 - 8.1.3 Cumprir as obrigações estabelecidas no Edital nº ____/ 20____ e Anexos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:
- 9.1.1 Prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
 - 9.1.2 Cumprir as obrigações estabelecidas no Edital nº ____/____ e Anexos, bem como na proposta apresentada;
 - 9.1.3 Cumprir as orientações do fiscal/executor do contrato; e
 - 9.1.4 Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, em razão da execução do contrato.
- 9.2 A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações nele por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.



CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por comissão ou servidor do CONTRATANTE, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA - TCDF nº 3, de 22/12/1997, devendo ser franqueado à CONTRATADA o livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e às informações sobre o contrato.

10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

10.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

10.3.2 Sustar quaisquer serviços prestados que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações e a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

10.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente do CONTRATANTE em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

11.1 Não foi exigida a garantia contratual prevista no artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 Cumprida a obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá nota fiscal da prestação dos serviços, que serão recebidos pelo CONTRATANTE, da seguinte forma:

12.1.1. PROVISORIAMENTE, por servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da nota fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade da prestação dos serviços com as exigências contratuais; e



12.1.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, ao término da execução contratual, mediante termo detalhado, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto.

12.3 Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor, ou comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas no presente Instrumento.

12.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, substituindo e submetendo o objeto à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

12.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

13.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará Nota Fiscal referente aos serviços demandados e regularmente prestados, a qual, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

13.2 Nos termos do Protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (descritos no Anexo Único do referido Protocolo), deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A; salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

13.3 Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota



Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal modelo 3, aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

13.4 Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da empresa perante as Fazendas do Distrito Federal e Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.

13.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será susado, ou suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias; não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus contra o CONTRATANTE.

13.6 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 13.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getulio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

13.7 Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

13.8 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o serviço fornecido seja rejeitado pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverá ser refeito pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

13.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe



aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:

- 14.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);
- 14.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);
- 14.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);
- 14.1.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 9% (nove por cento);
- 14.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
- 14.1.6 - praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
- 14.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);
- 14.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).
- 14.1.9 - Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.

14.2. Juntamente com as multas administrativas previstas no item 14.1, Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei 14.133/2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal**, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

14.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.5 ao 14.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 14.1.2 ao 14.1.4 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 14.2.2 (§5º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

14.3. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem



motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

14.4. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 157 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

15.1 A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 No procedimento que visa à extinção do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3 O exaurimento do valor contratual ou quando o valor remanescente for insuficiente para a execução do contrato acarretará na resolução contratual, sem qualquer penalidade para CONTRATANTE ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 Nos casos de extinção previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

16.1.1 execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

16.1.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

18.1 O teor do Edital nº ____/____, e Anexos, e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste Contrato.

19.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 2 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
